



## ESTRATÉGIA DO CLUSTER DE PROTECÇÃO EM RESPOSTA AO IDAI



Março – Setembro de 2019

Fase Inicial de Recuperação



## TABELA DE CONTEÚDOS

|  |   |
|--|---|
| I. CONTEXTO OPERACIONAL.....                                 | 2 |
| II. QUESTÕES DE PROTEÇÃO E NECESSIDADES HUMANITÁRIAS .....   | 3 |
| III. PARCERIAS .....   | 9 |
| IV. FERRAMENTAS DE MONITORAMENTO .....                       | 9 |
| <b>ANEXO: Matriz de Implementação do Cluster de Proteção</b> |   |

## I. CONTEXTO OPERACIONAL

No dia 14 de Março de 2019, o Ciclone Tropical Idai atingiu os arredores da cidade da Beira, com ventos fortes (180 – 220 km/h) e chuvas torrenciais (mais do que 200 mm em 24 horas) nas províncias de Sofala, Manica, Zambézia, Tete e Inhambane. O número oficial de mortos subiu para 602 pessoas, aproximadamente cerca de 110,000 casas foram identificadas por autoridades como sendo totalmente destruídas e mais de 146,000 pessoas deslocadas foram acolhidas em 155 abrigos em toda Sofala (116,237 pessoas), Manica (14,047 pessoas), Zambézia (13,203 pessoas) e Tete (2,655 pessoas), a partir de 1 de Abril de 2019. Estima-se que 1.85 milhões de pessoas precisam de assistência devido ao ciclone Idai.

O desastre causou perda de vida e destruição generalizada de ambos, infra-estrutura e abrigos, bem como a ruptura de serviços essenciais, mercados e meios de sobrevivência. Efeitos secundários do desastre incluem deslocamento de um grande número de pessoas e o surto de doenças infecciosas, incluindo Diarreias Aquosa Aguda (DAA), e Cólera. O ciclone também eliminou as poucas colheitas habituais. As famílias de agricultores que foram afectados pelas cheias perderam todas ou grande porção das sementes armazenadas, bem como seus cultivos que já estavam prontos para a colheita quando a tempestade chegou. Moçambique classifica-se em 180 lugar de 189 no Índice do Desenvolvimento Humano. Estima-se que 3,000 Km<sup>2</sup> de terras foram supostamente afectados pelas inundações, com mais de 715,000 hectares de campos de colheitas sob as águas e danos generalizados a infra-estruturas chave<sup>1</sup>, causando perdas de meios de subsistências, incluindo a pesca.

A Configuração geográfica e localização de Moçambique (2,700 km de linha costeira; país com nove rios internacionais) contribui para que seja classificado em terceiro lugar entre os países africanos mais afectados por desastres relacionado ao clima. A situação é exacerbada pela capacidade limitada do país de prevenir, mitigar, adaptar-se a ocorrências naturais, perigos provocados pelo homem e epidemias.

Com danos causados pelos ventos fortes e inundações repentinas, milhares de pessoas refugiaram-se em acomodações improvisadas e centros de trânsito que não ofereciam a mínima segurança nem privacidade, criando riscos de protecção e reforçando a situação da vulnerabilidade que já se encontrava no seu auge. Desde o mês de Abril o governo Moçambicano desenvolveu uma estratégia de reassentamento destinada a realocar famílias afectadas que não puderam regressar a sua residência habitual, para locais de reassentamento em áreas rurais. Até 21 de Junho, todas as acomodações e centro de trânsito foram desactivados e as famílias foram reassentadas nessas novas áreas criadas. O exercício de reassentamento levantou sérias preocupações de protecção e o Cluster de protecção emitiu um relatório de Monitoramento de protecção com base nas evidências colectadas durante o monitoramento no campo. Tal documento serve como uma análise de lições aprendidas que visa defender o respeito pelos padrões de protecção para movimentos seguros, voluntários e dignos nos exercícios de reassentamento futuros.

Logo após o Ciclone e a fim de acelerar rapidamente as actividades de respostas em apoio de esforços liderados pelo Governo, o Comitê Permanente Inter-agencial (IASC) activou uma ampliação do Sistema de Escala Humanitária em 22 de Março de 2019, juntamente com 10 Clusters humanitários do IASC. Muitas organizações mandaram equipes de emergência e suprimentos adicionais. Além disso, durante a revisão do Plano da Resposta Humanitaria em 26 de Março de 2019, a partir dos meados de Abril houve um aumento notável da presença operacional de 20 organizações para 188 entre as agências das Nações Unidas, ONGs parceiras internacionais e nacionais prestando serviços em 67 distritos. À medida que a resposta humanitária entra em fase de reconstrução e recuperação, os agentes humanitários no terreno diminuem, embora as preocupações de protecção e necessidades humanitárias permaneçam altas.

---

<sup>1</sup> Avaliação rápida multissetorial pós-ciclone Idai, abril de 2019.

Três meses depois do impacto do ciclone, foram declarados que mais de meio milhão de pessoas (100,000 famílias) ainda vivem em casas estruturalmente danificadas ou destruídas, enquanto 70,000 de pessoas (mais de 15,000 famílias) continuam deslocadas em acomodações de emergências ou em locais de reassentamento. Muitos desses lugares não são seguros, preparados inadequadamente, e falta acesso a bens fundamentais básicos e serviços – como água e saneamento; abrigo e itens não-alimentícios; Saúde; Educação; Serviços de protecção e espaços Seguros. Os padrões mínimos estabelecidos no Direito Internacional dos Direitos Humanos e guias Inter-agenciais tal como o Sphere, o Manual de Género em Acções Humanitárias, e Padrões Mínimos para Protecção de Menores em Acção Humanitária em geral não estão presentes.

A resposta de protecção é coordenada através do Cluster de Protecção, que inclui os Sub-clusters de Protecção a Crianças e Violência baseada no Sexo e Género (SGBV), e o Grupo de Trabalho sobre Deficiências. Várias avaliações de protecção foram realizadas nas três áreas chaves mencionadas acima, bem como é realizado monitoramento regular de protecção mais abrangente para identificar pessoas com necessidades específicas a fim de melhor analisar tendências de protecção, riscos e lacunas na resposta ao deslocamento.

## II. ANÁLISE DE PROTECÇÃO

### Preocupações Gerais de Protecção:

- O ambiente de Protecção antes do ciclone em áreas que foram atingidas era em geral afectado por casos amplamente divulgados de gravidez e casamentos precoces, trabalho infantil, tráfico humano e violência sexual e de género que não foram devidamente tratados e encontram-se exacerbados no actual contexto humanitário. O governo de Moçambique, com apoio de vários parceiros, esforça-se em criar mecanismos de resposta adequados para resolver essas preocupações. Embora esteja entrando numa fase inicial de recuperação e reconstrução, as vias de referências e serviços permanecem fracos ou inexistentes.
- Deslocamento, destruição de estruturas de serviços básicos, desagregação de mecanismos comunitários de protecção, a superlotação e as condições insalubres no rescaldo do ciclone, elevaram os riscos de protecção para as mulheres, homens, meninas e rapazes. Deslocados internos nos locais de reassentamento relatam preocupação com segurança pessoal, falta de agentes policiais na protecção do vandalismo, assalto e roubo e um risco muito alto de violência sexual e de género e abuso para com pessoas com necessidades específicas, bem como crianças separadas e desacompanhadas, mulheres sozinhas com filhos, pessoas com deficiências e idosos.
- Falta ou perda de documentos legais durante o ciclone (Ex: documentos de Identidade, Certidão de Nascimento, Certificados Escolares e documentos de propriedades) é uma questão predominante conforme destacado nos inquéritos feitos. Isso levou a incapacidade de acessar serviços e direitos, garantir meios de sobrevivência, potenciais conflitos de propriedade e terras, e problemas na matrícula de crianças nas escolas. Devido à capacidade institucional limitada para cobrir áreas afectadas da Província de Sofala com serviços de registro e devido à má interpretação de legislação aplicável, muitas crianças, pais e cuidadores permanecem sem documentação legal.
- Especialmente com relação a questões de moradia, terra e propriedade (HLP) em locais de reassentamento, o processo de emissão de documentação legal levantou preocupações de protecção. Um dos assuntos importante é o acesso a direitos de uso (*DUAT, Direito de Uso e Aproveitamento de Terra*) para as mulheres, uma vez que a prática actual é emitir o Direito de

documentação de uso para os homens como “Chefe principal da Família”. A situação provocou despejo de mulheres dos locais de reassentamento e precisa ser acompanhada de perto.

- O envolvimento limitado da comunidade junto com a quantidade limitada de informação também foi observada como uma principal lacuna na resposta. As populações geralmente não dispõem de informações adequadas sobre assistência, serviços, mecanismo de denúncia, direitos e obrigações. Um esforço conjunto para comunicar e informar a população afectada sobre a assistência humanitária continua inconsistente.
- Embora os dados desagregados sobre pessoas com deficiência ainda sejam limitados e muitas vezes imprecisos, pode-se observar que há poucas pessoas com deficiência nos locais de reassentamento comparado a comunidades. É provável que isso seja o resultado de um número já limitado de pessoas com deficiências que vivem nos centros de acomodação. Os principais desafios para pessoas com deficiências vivendo dentro dos locais de reassentamento estão relacionados a acessibilidade de serviços. Por exemplo, torneiras de águas, sanitários, postos de saúde, escolas e espaços amigáveis para crianças muitas vezes estão longe do alcance ou não adequados para serem usados devido a barreiras persistentes. Há uma preocupação específica sobre os seguintes tipos de deficiências:
  - Pessoas com Albinismo enfrentam graves riscos de saúde vivendo em tendas e residios em ambientes sem sombreamento suficiente. Há uma necessidade urgente de criar melhores condições de abrigos para eles;
  - Pessoas com Epilepsia muitas vezes não têm acesso a medicação entre outros devido a indisponibilidade de hospitais/posto de saúde. Isso aumenta o número de convulsões que podem resultar em danos cerebrais graves.
  - Pessoas com deficiência visual e/ou auditiva, muitas vezes não tem acesso a informação e educação devido a falta de uma abordagem inclusiva. Isso resulta na exclusão durante a distribuição de alimento, campanhas de vacinas, e crianças não frequentando escola.
  - As pessoas com deficiência física não possuem dispositivos auxiliares como cadeiras de rodas ou muletas, que dificultam sua mobilidade e habilidade para fazer uso de serviços fornecidos nos locais de reassentamento.
- Pessoas com deficiência são geralmente afectadas desproporcionalmente por desastres naturais, especialmente pessoas com restrições de mobilidade. Populações afectadas com deficiência não têm acesso a serviços devido à deficiência mental ou física. A situação é ainda agravada por atitudes negativas gerais em relação a pessoas com deficiência. Caso de assistência desigual a pessoas com necessidades específicas como os idosos, deslocados e pessoas com doenças crônicas como o HIV, também foram relatados. As famílias relataram casos de trauma em seus lares que requerem não apenas serviços psicossociais mas também serviços sociais e cuidados especializados em saúde mental.
- A emergência interrompeu e enfraqueceu ainda mais os mecanismos de identificação, encaminhamento e gerenciamento de casos. Os mecanismos e actos baseados na comunidade entre os sectores de justiça e bem-estar social continuam sendo afectados pelos efeitos do ciclone, incluindo a limitação de recursos humanos, falta de materiais, infra-estrutura danificada e fraca comunicação, bem como inexperiência ao se tratar de contexto humanitário.
- Consideração limitada e insatisfatória foi dada às necessidades das pessoas vulneráveis, em ambas situações, durante o processo de reassentamento e particularmente na chegada. Para algumas pessoas vulneráveis, incluindo aquelas com problemas de saúde, deficientes e idosas, foram ofertadas uma parcela de terra sem considerar a distância de pontos de água e outros serviços. Não

há iluminação pública disponível nos locais de reassentamento. Isso cria uma preocupação de protecção, particularmente para mulheres.

- O sucesso a longo prazo dos reassentamentos é enfraquecido por vários factores devido a perspectivas pouco claras de integração local:
  - Crianças foram registradas na escola em Beira; algumas permaneceram com familiares a fim de continuarem com a sua educação, assim causando separação familiar;
  - Meio de sobrevivência para a população reassentada (Algumas são pessoas urbanas) não são claros (Alguns homens permanecerem na Beira para trabalhar e serem capazes de prover sustento a família);
  - Algumas famílias expressaram sua intenção de voltarem para sua residência habitual; Sentem que chegaram a áreas rurais, e o local de reassentamento não responde a suas necessidades; Algumas já saíram do local do reassentamento.
- As condições de vida também são severas e as necessidades são em grande parte não supridas nas comunidades fora dos locais de reassentamento, especialmente nas áreas de difícil acesso. Nessas áreas, as necessidades mais básicas não são atendidas e a assistência humanitária mal chega à população afectada. Há uma necessidade urgente de uma abordagem de protecção. Falta de necessidades básicas incluindo alimentação e abrigo foram relatadas, assim como riscos crescentes para a população vulnerável.
- Com o apoio de parceiros de protecção, o governo Moçambicano desenvolveu capacidades e sistemas nacionais incluindo centros de protecção integrados e estruturas de protecção comunitária em áreas de deslocamento. Com a interrupção de serviços após o Ciclone, é agora urgente reforçar a colaboração com os parceiros locais e o Ministério de Género, Crianças e Ação Social (MGCAS) para uma melhor resposta e handover pós-emergência sem interrupções.

#### Violência Sexual e de Género (VSG) e riscos de Abuso e Exploração Sexual (AES):

- Prostituição, estupro, casamento prematuro e a violência doméstica são alguns dos problemas enfrentados pelas mulheres e meninas em locais de reassentamento e comunidades. Um número importante das mulheres é chefe de família, o que as coloca em maior risco de exploração e abuso. As mulheres também relataram ter sofrido violência sexual e de género nas comunidades nas mãos de agentes da lei e outros actores em cargo de autoridade.
- Mecanismos de enfrentamento prejudiciais combinados com as práticas nocivas tradicionais afectam principalmente as moças, que estão expostas aos riscos de violência sexual, o casamento prematuro e gravidez precoce (como resultado de casamentos prematuros). Combinados com os factores ambientais, perda de meios de sobrevivência e a separação familiar que agrava mais o risco de violência sexual e de Género (VSG).
- As condições de vida precárias expõem as pessoas, especialmente as mulheres e as crianças, a riscos significativos de protecção. Enquanto isso, a iluminação em muitos locais é escassa, os números de latrinas são insuficientes, e as mulheres e moças adolescentes são obrigadas a percorrer longas distâncias para chegarem ao serviço. Todos esses factores contribuíram para o aumento no número de casos de VSG.
- Há um número limitado de resposta à Violência de Género (VG) em muitos locais de reassentamento. As sobreviventes de VG têm que percorrer longas distâncias para acessar assistência médica e policial disponível quando encaminhadas a serviços especializados, incluindo apoio psicossocial.

- As normas de gênero nas comunidades tendem a fornecer maiores benefícios e representatividade para os homens do que às mulheres: o nível de alfabetização das mulheres tende a ser menor do que o dos homens; Os papéis de liderança são ocupados por homens (Chefe do Bairro e Chefe do Centro); e os agentes da lei e pessoal de segurança são todos homens (Forças Armadas, Polícia, e Polícia Comunitária). A situação cria um ambiente de protecção desfavorável para as mulheres e meninas em um contexto já adverso.
- A já frágil situação de protecção é agravada pela exploração e Abuso Sexual endêmico (EAS). Dada a situação de extrema vulnerabilidade da população afectada pelo Ciclone Idai, má supervisão, e a falta de mecanismos eficazes de denúncias, as oportunidades para EAS são extremamente altas e incidentes nesse sentido foram relatados. Mulheres e crianças liderando famílias, e crianças que estão separadas e desacompanhadas, estão particularmente em risco de EAS, enquanto seus recursos diminuem consideravelmente quando os responsáveis são funcionários do governo. Maiores esforços são requeridos pelos agentes humanitários para aumentar proactivamente a visibilidade de PSEA em todos os locais; aumentar a conscientização da comunidade sobre PSEA e o direito de denunciar; envolver as comunidades em mecanismos de denúncias de EAS liderados por comunidades; reforçar o mecanismo para ajudar as vítimas, aumentar as garantias para divulgações confidenciais e seguras e conduzir o monitoramento de protecção.
- Embora o Procurador-Geral (PG) tenha sido nomeado pelo Governador de Sofala para dar prosseguimento aos casos de Exploração e Abuso Sexual relatados contra funcionários do governo, suas capacidades de fornecer uma resposta apropriada e eficiente aos incidentes continuam fracas. As representações do PG a nível distrital foram afectadas pelo ciclone, possuem limitações em recursos humanos, infra-estrutura danificadas, falta de transporte, bem como inexperiência em como proceder em caso de Exploração e Abuso Sexual.
- A fim de promover prestação de contas por parte da resposta humanitária à comunidade afectada, um mecanismo inter-agencial de reclamações disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, chamado *Linha Verde da Resposta Idai*, foi estabelecido e esta activo desde 16 de maio de 2019. Liderada pelo WFP em nome do HCT, a linha directa recebe chamadas e compartilha informações relacionadas a todos os sectores da resposta humanitária, que chegam ao Cluster para oferecer informações actualizadas relacionadas à resposta e para onde é necessário encaminhar os casos a diferentes pontos focais para uma acção imediata. A *linha directa* foi estabelecida em estreita coordenação com o INGC em um nível central, que coordena pontos focais designados para assegurar uma ligação apropriada com as estruturas de estado locais. Isto deve também ser complementado por um forte mecanismo de comentários e reclamações baseado na comunidade e duas formas de Sistema de comunicação para garantir uma comunicação abrangente com a população.

#### Preocupação na protecção de Crianças:

- O impacto do ciclone nas crianças foi particularmente significativo, à medida que as escolas foram destruídas, material escolar se perderam, casas foram destruídas ou danificadas e famílias perderam os seus rendimentos. A experiência de testemunhar os danos causados pelo ciclone e a incapacidade de seus pais em protegê-los contribuíram em um alto nível de angústia entre rapazes e moças. O deslocamento, falta de acesso ao serviço, incluindo alimento, contribuíram no aumento de tensão dentro das famílias com crescente incidente de violência, incluído castigo corporal, esta causando forte queimadura nos ombros das crianças afectadas. Muitas crianças foram forçadas a encontrar um trabalho ou a mendigar, enquanto a expectativa de assistência contribuiu para a separação voluntária de famílias. Geralmente, a quebra de mecanismo tradicional de protecção significa que os riscos de protecção pré-existentes para as moças e rapazes foram agravados.

- As condições de vida inseguras combinadas com maus mecanismos de enfrentamento familiar e falta de serviços de apoio psicossocial frequentemente resultam em violências, exploração, abuso e negligência de crianças, tanto intencional como não intencional. Ao mesmo tempo, a falta de espaço e actividades recreativas estão contribuindo para a frustração das crianças, levando potencialmente a uniões sexuais de risco e exposição a risco elevado de violência sexual, abuso e exploração que poderiam resultar em trauma psicológico e físico, gravidez indesejada, e infecção de HIV/STI. É também um factor que contribui para aumentar casos de separação familiar, especialmente para adolescentes que buscam oportunidades em outros lugares para educação e emprego.
- O bem-estar psicossocial e saúde mental das crianças são gravemente afectados pela separação, destruição de lares, e perda de amigos e familiares. Além disso, dificuldades no acesso à alimentação, água, educação, meios de subsistência, recreação e outros serviços contribuem para o estresse das crianças e cuidadores no dia-a-dia. Crianças precisam de um apoio psicossocial à medida que mecanismos de enfrentamentos prejudiciais gradualmente aumentam e são frequentemente observados com consequências terríveis nas crianças.
- O desafio principal no reassentamento de crianças com deficiências está relacionado com a localização de escolas nas zonas de reassentamento. Em alguns lugares, as crianças devem percorrer de 3 a 7 km para chegar à escola primária, enquanto as escolas secundárias estão ainda mais distantes. As escolas se encontram longe dos locais de reassentamento e a maioria das crianças com deficiência perderam seus dispositivos de assistência, o que cria desafios para que possam ir à escola. Além dessa questão de mobilidade, muitas crianças perderam seus materiais escolares e documentos de certidão de nascimento, o que reforça as barreiras para o acesso à educação.
- Deslocamento combinado com reassentamento em novas áreas (muitas vezes migração urbana para rural) resultou em alto nível de separação familiar devido à falta de meios de subsistência ou estruturas escolares em funcionamento (principalmente a disponibilidade de escolas secundárias perto de áreas de reassentamento), levando a permanência dos pais ou das crianças em seu local de origem. Estas crianças frequentemente deixadas sob cuidados de parentesco informal a nível da comunidade são extremamente vulneráveis e expostas a todos os tipos de violência, exploração e abuso, e requerem uma identificação rápida, gerenciamento de casos individuais, soluções de cuidados alternativos e apoio para serem reunificadas com seus familiares ou cuidadores primários.
- O deslocamento, falta de acesso a serviços e a situação humanitária em geral, contribuíram para uma elevada tensão dentro das famílias com crescentes incidentes de violência, entre os quais punição física. Mais crianças foram forçadas a encontrar um trabalho ou mendigar, enquanto a expectativa de assistência contribuiu numa separação voluntária de famílias que buscavam ajuda humanitária adicional, fontes alternativas de renda ou para assegurar um terreno nas áreas de reassentamento.
- A perda geral de renda para as famílias e crianças reassentadas as expõem ao risco de se envolverem nas piores formas de trabalho de menores, incluindo tráfico de crianças, trabalho perigoso e a mendigagem nas ruas. As crianças que não dispõem dos cuidados parentais correm ainda mais risco de exploração. A pobreza também aumentou, enquanto as crianças, principalmente as meninas, passaram a ter responsabilidades adicionais dentro da família.
- A condição de vida insegura, a falta de oportunidades de meios de subsistência claros, combinados com maus mecanismos familiares de enfrentamento, levam ao abandono por um maior período de





tempo, enquanto os pais estão tentando garantir uma renda ao se engajar na agricultura. Este “abandono” resultou na frequente exposição à violência, exploração, ao abuso e negligência de crianças.

### III. PARCERIAS

Com a activação do *Scale Up* para a resposta do Idai e os arranjos de coordenação dos Clusters, o ACNUR está coordenando o Cluster de Protecção com o Governo Moçambicano (DPGCAS), o Sub-Cluster de Protecção à Criança (UNICEF), Sub-Cluster de Violência baseada no Género (UNFPA) e Grupo de Trabalho sobre Deficiências (Light for the World).

Enquanto PSEA (Protecção contra Abuso e Exploração Sexual), o Engajamento da Comunidade (Prestação de Contas à População Afectada) e MHPSS (Apoio Psicossocial e de Saúde Mental) também são reflectidos na resposta de protecção, eles são coordenados por grupos de trabalhos separados que trabalham próximos ao Cluster, Sub-Clusters e os Grupos de Trabalho. Os principais parceiros incluem:

- INGC (Instituto Nacional de Gestão de Calamidades)
- MGCAS (Ministério de Género, Criança e Ação Social)
- PDGCAS (Diretoria Provincial de Género, Criança e Ação Social)
- Sub-Cluster de Protecção à Criança
- Sub-Cluster de Violência baseada no Género
- Grupo de Trabalho sobre Deficiências
- Rede PSEA
- Grupo de Trabalho sobre Engajamento Comunitário
- Grupo de Trabalho de Apoio Psicossocial e de Saúde Mental - MHPSS

### IV. FERRAMENTAS DE MONITORAMENTO

O Cluster de Protecção está comprometido a monitorar o progresso com a realização dos objectivos colocados de acordo com o plano de acção por meio de indicadores definidos e acordados por todas as partes interessadas, incluindo actividade de protecção geral, protecção das crianças e a protecção contra violência sexual e de género. A matriz de implementação e a lista de verificação integrada darão assistência aos parceiros de protecção para (a) monitorar regularmente o impacto e o desempenho dos parceiros de protecção e (b) promover a centralidade da protecção na resposta humanitária. As sessões de avaliação (como aquela realizada em \_ Julho de 2019) serão organizadas com parceiros para identificarem os desafios, lacunas e aproveitar as lições com a implementação desta estratégia. Desafios e limitações identificados durante a implementação também informarão a estratégia de defesa com ambos governo moçambicano e parceiros humanitário.